

Solução para o índio deve ser buscada no país

Da Sucursal de Brasília

Técnicos indigenistas brasileiros concordam em que o VII Congresso Interamericano de Indigenismo encerrado sexta-feira em Brasília foi um êxito em termos de contatos políticos entre os países participantes. Mas são de opinião de que, para resolver a problemática indígena do Brasil é muito mais importante promover congressos nacionais, onde técnicos brasileiros discutiriam mais aprofundadamente as diretrizes para a aplicação de uma política indigenista eficiente no País.

Esperado com grande expectativa pelas pessoas ligadas aos indigenismo no Brasil, o VII Congresso, deteve-se mais a apresentações dos programas cumpridos nos últimos quatro anos pelos países membros do Instituto Indigenista Interamericano.

A atuação brasileira, na opinião de seus delegados, alcançou os objetivos esperados, especialmente se for levado em conta que este foi um encontro estritamente político, onde a principal preocupação do Brasil era deixar claro, não só

para os países americanos mas aos europeus, por meio de seus observadores que acompanharam os trabalhos, que o País está tentando uma solução para o problema do índio brasileiro. No discurso de abertura do congresso, o chanceler Gibson Barboza afirmou que o Brasil "está cansado de ser vítima de uma campanha de falsidades, calúnias e infâmias contra o processo de aculturação do seu índio".

Já o ministro do Interior preocupou-se em suas declarações em frisar que nunca se

fez tanto no Brasil em favor do índio como agora, com a aplicação de recursos humanos e financeiros maciços. "O governo brasileiro empresta tal importância a este Congresso, disse — que o incluiu nas comemorações do sesquicentário da Independência".

A própria Funai, nos diversos relatórios que apresentou ao Congresso, abordando sua política indigenista, ressaltou o êxito que está obtendo com o programa que cumpre, especialmente no campo de saúde, educação e assistência aos índios já em processo de integração.

POUCO DE PRÁTICO

Mas, se por um lado o êxito foi total nos contatos políticos, as discussões em torno dos problemas mais críticos das populações indígenas deixaram muito a desejar. Os próprios antropólogos e especialistas em indigenismo presentes no encontro reclamaram do baixo nível científico do Congresso, bastante inferior ao que foi realizado no México em 1968. O delegado chileno Daniel Quiñeque fez críticas à falta de documentos centrais de trabalho, como também à falta de profundidade dos trabalhos apresentados, "muito genéricos, não tratando dos assuntos com a importância que eles merecem". Já a delegada do Méxi-

co, Margarita Nolasco Armés, disse não estranhar o baixo nível científico do encontro e a presença de um número reduzido de técnicos altamente especializados. "Este não foi um congresso de cientistas, mas de governos".

Os especialistas brasileiros acham que o Brasil se saiu bem, tendo apresentado a maioria das recomendações aprovadas pelo congresso. "No entanto — afirmam — um encontro desse tipo significa mu-

to pouco em termo de soluções práticas para o indígena brasileiro, que sofre uma problemática bastante especial, diferente das de outros países americanos. Enquanto os índios da Bolívia reivindicam universidades e os do Equador fazem numa melhor aplicação da Reforma Agrária, os índios brasileiros não estiveram nem representados no Congresso, pois em sua maioria não tem consciência nem de sua condição de brasileiros".

Tendo o Brasil problemas específicos em relação ao índio, os técnicos brasileiros consideram de fundamental importância a realização periódica de reuniões de pessoas e grupos que lidam diretamente com o índio no País. Defendem eles que o Brasil não precisa tomar posições defensivas quanto à repercussão no exterior de problemas ligados à aplicação de sua política indigenista, pois a imagem do País é semelhante a qualquer outro

que viva um processo de colonização. "Realmente — ressaltam — é muito difícil se conciliar desenvolvimento nacional com uma real proteção e assistência ao índio, pois este aparece, muitas vezes, como um entrave ao processo de ocupação do País. O órgão de proteção ao índio, então, fica numa situação delicada, pois não pode impedir o processo de desenvolvimento — como é o caso da Amazonia — e tem que proteger o índio e guiá-lo

para um caminho seguro, garantindo sua sobrevivência".

"Estamos vivendo uma fase importante — acrescentam — pela qual já passaram os vários países americanos com populações indígenas e é exatamente com a aplicação correta e rigorosa de uma política indigenista que o Brasil conseguirá garantir a sobrevivência da reduzida população indígena que conseguiu chegar aos nossos dias, passando por todas as espécies de privações".

Como progredir sem prejudicá-lo?

As recomendações, de autoria da delegação brasileira aprovadas no congresso, demonstram uma grande preocupação com o índio frente ao desenvolvimento nacional, bem como problemas ligados à saúde dos indígenas. Índios e desenvolvimento, não foi só uma preocupação brasileira, mas de todas as delegações presentes, que ao todo aprovaram 11 recomendações abordando o problema.

Na Declaração de Brasília, assinada durante o congresso pelo Brasil, Nicaragua, Costa Rica, Bolívia e Estados Unidos

e aprovada em plenário pelas delegações presentes, os países reconhecem que o progresso das nações americanas está intimamente ligado ao progresso das diversas categorias de população que as compõem, incluídos os grupos tribais. Recomenda a declaração que "se realize um processo duradouro de transformação social que assegure a integração contínua desses grupos na sociedade nacional". A declaração afirma ainda a obrigação dos países americanos de incluir nos planos nacionais de desenvolvimento os grupos tribais, assegurando-lhes o direito de par-

ticipar na elaboração dos referidos planos e na tomada de decisões que deles resultem, proporcionando-lhes as condições necessárias para que criem seu próprio desenvolvimento, garantindo assim sua libertação econômica, política e social".

No campo da saúde foram aprovadas importantes recomendações destacando-se a que os países membros do Instituto Interamericano de Indigenismo considerem como prioritário o controle e tratamento da tuberculose nas populações indígenas, de acordo com a orienta-

ção técnica preconizada pelos órgãos competentes, pois a experiência indica que os bons resultados na luta contra a tuberculose só poderão ser conseguidos por meio de um trabalho persistente e contínuo, onde a ação preventiva deve receber particular atenção. Sobre o combate à malária, recomenda o congresso que sejam realizados estudos visando ao conhecimento real da doença nas populações indígenas e que os resultados do trabalho sejam apresentados no próximo encontro, bem como as experiências obtidas nos países para o controle da doença.

Os jornalistas presentes ao VII Congresso, especialmente os de outros Estados e agências internacionais, sentiram grande dificuldade para captar informações extra-oficiais do Congresso, particularmente da delegação brasileira que, segundo consta, estava proibida de dar entrevistas. Somente o general Bandeira de Mello podia falar em nome dos delegados. Este problema dificultou os trabalhos, e mais uma vez a Funai demonstrou que não pretende um diálogo franco com a imprensa, preferindo as meias palavras e as notas oficiais sem profundidade.